



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

09/02/2019 ATÉ 09/02/2019

INDÍCE

| | | |
|---|---|-----|
| 1 | INSTITUCIONAL | |
| | 1.1 BLOG ATUAL 7..... | 1 |
| 2 | JUÍZES | |
| | 2.1 BLOG DIEGO EMIR..... | 2 |
| | 2.2 BLOG DO MARCIAL LIMA..... | 3 |
| | 2.3 BLOG DO MINARD..... | 4 |
| | 2.4 BLOG LUDWIG ALMEIDA..... | 5 |
| | 2.5 BLOG RICARDO MARQUES..... | 6 |
| | 2.6 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO..... | 7 8 |
| 3 | VARA CRIMINAL | |
| | 3.1 SITE JORNAL CORREIO POPULAR..... | 9 |
| 4 | VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS | |
| | 4.1 BLOG DIEGO EMIR..... | 10 |
| | 4.2 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO..... | 11 |
| | 4.3 BLOG GENIVALDO ABREU..... | 12 |
| | 4.4 BLOG LUÍS CARDOSO..... | 13 |
| | 4.5 BLOG PAULO ROBERTO..... | 14 |
| | 4.6 BLOG RIQUINHA..... | 15 |

Dino encaminhará à Alema projeto que cria comitê para recuperação de ativos

O governador Flávio Dino (PCdoB) encaminhará à Assembleia Legislativa, nos próximos dias, projeto de lei que propõe a criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos e Defesa da Ordem Tributária (CIRA) do Maranhão.

Segundo divulgado pelo Palácio dos Leões, o conselho terá como função sugerir e adotar medidas judiciais e administrativas para combater ilícitos fiscais, e manter a ordem tributária.

A minuta foi entregue ao chefe do Executivo estadual nessa sexta-feira 8, por representantes do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do Maranhão.

De acordo com o procurador-geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, que participou da reunião, o CIRA já está em pleno funcionamento em 16 estados brasileiros, com êxito, o que serve de exemplo para o Maranhão.

O CIRA terá a missão de sugerir ou adotar medidas técnicas, legais e administrativas visando a recuperação de ativos decorrentes de ilícitos penais, fiscais e administrativos. Deverá ser composto, além do TJ e do MP maranhense, por órgãos e instituições públicas, num colegiado com representantes da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Eulálio Figueiredo: o menestrel do Direito e das Artes

Por Flávio Braga

José Eulálio Figueiredo de Almeida nasceu no dia 12/02/1960, em São João Batista, no coração da Baixada Maranhense. Migrou com a sua família para São Luís em 1963, e morou no bairro do desterro até 1997.

É Juiz de Direito desde 1991 (aprovado em 1.º lugar) e professor de Processo Penal na UFMA há 33 anos. Possui especialização em Ciências Criminais e em Processo Civil. É membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino. Atuou como membro efetivo do TRE no biênio de 2013/2015.

Eulálio Figueiredo é um tribuno a toda prova. Maneja como poucos o dom da oratória e se expressa com invulgar fluência verbal e intelectual, sempre com muita eloquência, polidez, galhardia e desafiando um português escorreito, portando-se com o mesmo denodo em suas aulas e palestras. Além de homem versado na ciência do Direito, é poeta, escritor, cantor e compositor de toadas de bumba-boi e de marchinhas carnavalescas.

Publicou as seguintes obras literárias: Suspensão do processo e da prescrição penal(1998); Decisões administrativas (2002); Sentença penal: doutrina, Prática e jurisprudência (2002); Anatomia do ser (1999); Milésima face (2000); O crime da baronesa(2004); O processo das formigas (2011); Vidas profanas (2015) e O Crime do Desembargador Pontes Visgueiro (2018). Autor de vários artigos científicos, é citado por juristas de escol como Theotônio Negrão, Tourinho Filho, Damásio de Jesus, Alberto Silva Franco, dentre outros.

É autor de diversas toadas de bumba-meu-boi, como estas: Lamento de um caboclo; Visita ao mar; Lamento de um estudante; Minha prece; Prece da saudade; São Luís, minha ilha bela!; Passeio no mar; Menestrel da Baixada; Mar dos amores; Ganhei o meu dia; Tempo de cantoria.

A sua verve engenhosa fez brotar 14 marchinhas, carregadas de trocadilhos, malícia e fino humor irônico, como: Mensalão(premiada no festival de marchinhas da TV Mirante em 2006); Pedaladas carnavalescas(classificada no festival de marchinhas do programa Fantástico da TV Globo); Receita da vovó (selecionada para o festival de marchinhas da TV Mirante em 2009); Traidores da Pátria e CPI do carnaval. Todas fazem irreverência e sarcasmo com a cena política brasileira. Em 2018, estourou nas rádios e no carnaval de rua a música Pesque-pague do pacu, em que o poeta-compositor, a pretexto de recomendar uma dieta à base desse peixe, produziu mais uma espirituosa marchinha.

Para o carnaval de 2019 o juiz-compositor lançou a marchinha Festa do peru, que foi classificada para o festival

de música carnavalesca de Imperatriz. Trata-se de composição melódica, com pitadas de humor picante e versos de duplo sentido (figura de linguagem predominante nas marchinhas de carnaval).

Consta do seu repertório, além de boleros gravados pela cantora Eugênia Miranda, como Dúvida, outras canções em que exalta os grandes cantadores de bumba-boi do Maranhão, como Humberto do Maracanã e Coxinho.

Na literatura, por ser autor da trilogia criminológica maranhense (O crime da baronesa, O processo das formigas e O Crime do Desembargador Pontes Visgueiro), em que aborda crimes que marcaram a história do Judiciário estadual, tem sido cognominado por alguns amigos e leitores de o "Jorge Amado do Maranhão".

É esse cabedal de atributos e virtudes que singulariza o joanino talentoso, versátil e de boa cepa, Dr. Eulálio Figueiredo, e a sua vasta obra e cultura jurídica, aos quais rendo minha justa homenagem na condição de porta-voz dos ecos da Baixada Maranhense.

O post Eulálio Figueiredo: o menestrel do Direito e das Artes apareceu primeiro em Diego Emir.

Othelino Neto reúne-se com juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta sexta-feira (8), o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Durante o encontro, eles conversaram sobre pautas de interesse da população maranhense, como a realização do concurso público da Alema, políticas de proteção ao meio ambiente, entre outros temas. Participou também da conversa o procurador-geral da Casa, Tarcísio Araújo.

Othelino agradeceu a visita do magistrado e destacou que o Legislativo e o Judiciário têm assuntos importantes a tratar, prezando sempre pela relação harmônica entre os poderes e em prol da população maranhense. Ele pontuou que, dentre esses assuntos importantes, a temática do meio ambiente chama a sua atenção por ter militado, por alguns anos, na área.

"Nós temos assuntos importantes a tratar, desde o concurso público, onde o nosso procurador, Tarcísio Araújo, vai reunir na Vara de Interesses Difusos para que possamos viabilizar a sua realização, a outros temas importantes, como o meio ambiente que, para mim, particularmente, é uma área em que já militei por alguns anos. Tratamos de assuntos como o Parque Estadual do Bacanga, discutimos um pouco sobre a importante aplicação do Fundo de Interesses Difusos, que tem viabilizado projetos importantes como esse do Parque do Rangedor. Assuntos importantes para o Maranhão e, a partir desse diálogo, certamente a população ganha muito com essa relação harmônica entre os poderes", afirmou.

O juiz Douglas de Melo Martins também classificou o encontro como bastante produtivo, uma vez que foram discutidas as possibilidades de apresentação de projetos de lei que resultem em mais proteção ao meio ambiente, além do funcionamento e eficiência do Estado.

"A nossa Constituição é o que nos conduz e ela estabelece que os poderes precisam ter uma relação harmônica. Tratamos de assuntos importantes e o que predominou foi meio ambiente, como a proteção do Parque do Bacanga, fomento às cooperativas de catadores, geração de empregos com sustentabilidade, atividades que podem ser alteradas ou eventuais projetos de lei, que resultem em mais proteção do meio ambiente", completou.

O titular da Vara de Interesses Difusos afirmou, ainda, que foram adiantadas as tratativas em relação à realização do concurso público na Assembleia Legislativa e em outros órgãos. "Avançamos na discussão desse assunto com o presidente, que designou o procurador para que tome todas as providências para a futura audiência na Vara de Interesses Difusos, que tratará desse assunto, e determinou que seja resolvido da melhor maneira possível", finalizou.

O post Othelino Neto reúne-se com juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos apareceu primeiro em Diego Emir.

Othelino Neto reúne-se com juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta sexta-feira (8), o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Durante o encontro, eles conversaram sobre pautas de interesse da população maranhense, como a realização do concurso público da Alema, políticas de proteção ao meio ambiente, entre outros temas. Participou também da conversa o procurador-geral da Casa, Tarcísio Araújo.

Othelino agradeceu a visita do magistrado e destacou que o Legislativo e o Judiciário têm assuntos importantes a tratar, prezando sempre pela relação harmônica entre os poderes e em prol da população maranhense. Ele pontuou que, dentre esses assuntos importantes, a temática do meio ambiente chama a sua atenção por ter militado, por alguns anos, na área.

“Nós temos assuntos importantes a tratar, desde o concurso público, onde o nosso procurador, Tarcísio Araújo, vai reunir na Vara de Interesses Difusos para que possamos viabilizar a sua realização, a outros temas importantes, como o meio ambiente que, para mim, particularmente, é uma área em que já militei por alguns anos. Tratamos de assuntos como o Parque Estadual do Bacanga, discutimos um pouco sobre a importante aplicação do Fundo de Interesses Difusos, que tem viabilizado projetos importantes como esse do Parque do Rangedor. Assuntos importantes para o Maranhão e, a partir desse diálogo, certamente a população ganha muito com essa relação harmônica entre os poderes”, afirmou.

O juiz Douglas de Melo Martins também classificou o encontro como bastante produtivo, uma vez que foram discutidas as possibilidades de apresentação de projetos de lei que resultem em mais proteção ao meio ambiente, além do funcionamento e eficiência do Estado.

“A nossa Constituição é o que nos conduz e ela estabelece que os poderes precisam ter uma relação harmônica. Tratamos de assuntos importantes e o que predominou foi meio ambiente, como a proteção do Parque do Bacanga, fomento às cooperativas de catadores, geração de empregos com sustentabilidade, atividades que podem ser alteradas ou eventuais projetos de lei, que resultem em mais proteção do meio ambiente”, completou.

O titular da Vara de Interesses Difusos afirmou, ainda, que foram adiantadas as tratativas em relação à realização do concurso público na Assembleia Legislativa e em outros órgãos. “Avançamos na discussão desse assunto com o presidente, que designou o procurador para que tome todas as providências para a futura audiência na Vara de Interesses Difusos, que tratará desse assunto, e determinou que seja resolvido da melhor maneira possível”, finalizou.

Justiça determina busca e apreensão de objetos históricos retirados de comunidade quilombola

A Polícia Civil cumpriu, na última quarta-feira (6), um mandado de busca e apreensão para recuperar diversos objetos e peças de cunho histórico e arqueológico que haviam sido, indevidamente, retirados de comunidade quilombola no município de Bacuri. O mandado/decisão foi expedido na terça-feira (4) e foi assinado pelo juiz Alistelman Filho, titular da Comarca de Bacuri.

De acordo com o documento, todo o material estava em uma casa no Povoado Portugal, localidade de Bacuri. Informa ainda que o material apreendido foi levado da comunidade quilombola por duas pessoas que se apresentaram como arqueólogos, um homem e uma mulher.

O mandado é medida de urgência motivada por ação cautelar apresentada pelo Ministério Público, baseada em informação de um morador do Povoado Mutaca. Ele testemunhou que algumas peças foram levadas, indevidamente, do local, as quais pertencem aos seus antepassados há mais de século e meio. Ele afirmou que as peças foram levadas por um homem, identificado como François, e por uma mulher, de nome Magnólia, integrantes da Organização Não-Governamental 'Homme Nature'. O casal não foi encontrado na localidade.

De acordo com imagens do local, várias peças estavam na casa, entre as quais as bolas de canhão e rodas semelhantes às de engenho, material citado pelo morador. "A Polícia Civil, que cumpriu o mandado acompanhada de guarnição da Polícia Militar, informou que, na casa, foram encontradas diversas peças de relevante valor histórico, cultural e arqueológico, inclusive objetos grandes assemelhados a rodas de engenhos e bolas de canhão, retirados de forma irregular e eram depositados na residência alvo da busca", informou Denys Lima, promotor de Justiça de Bacuri.

Diz a decisão do juiz: "A busca e apreensão é a diligência de pesquisa realizada por autoridade com o fim de descobrir e apreender coisas relacionadas com um delito, esta consiste em nítida medida cautelar, que visa evitar a perda de meios de prova que podem desaparecer se não forem tomadas cautelas imediatas, sendo sua finalidade encontrar coisas que possam guardar préstimo probatório da verdade criminal".

E continua: "No caso dos autos, entendo plenamente demonstrados esses elementos pelo depoimento da vítima que confirma a retirada dos objetos pela representada e seu acompanhante, configurando o bom direito, e no caso do perigo da demora, este se justifica pela possibilidade da representada retirar os objetos do local, levando-os para local incerto e não sabido, com a possibilidade de serem extraviados ao exterior". O magistrado determinou que a diligência fosse realizada de forma que acarretasse o menor transtorno possível para aqueles que residem no imóvel indicado.

Todo o material apreendido foi levado à Delegacia de Polícia em Bacuri. Entretanto, o Ministério Público e a Polícia Civil devem analisar de que forma e onde esse material apreendido será guardado. "Essa busca e apreensão veio como uma resposta rápida e efetiva, de uma demanda do Ministério Público, em favor do patrimônio histórico e cultural não apenas do município de Bacuri e suas comunidades quilombolas, mas também do Maranhão e do Brasil", ressaltou o juiz Alistelman Filho.

Ex-prefeito de São Vicente Férrer é condenado por não prestar contas de convênios

O juiz Bruno Barbosa Pinheiro (Comarca de São Vicente Férrer) julgou parcialmente procedente pedido em Ação de Improbidade e condenou o ex-prefeito municipal, João Batista Freitas, por ato contra os princípios administrativos da legalidade, moralidade e eficiência previstos na Constituição Federal.

O ex-prefeito foi condenado às penas previstas no artigo 12, inciso III, da Lei de Improbidade Administrativa (nº. Lei 8429/92), de suspensão dos direitos políticos por três anos; pagamento de multa civil de duas vezes o valor da remuneração recebida no último ano de seu mandato de prefeito e concedeu pedido liminar, determinando a indisponibilidade dos bens do ex-prefeito, incluindo imóveis, veículos e depósitos em agências bancárias, para garantir o pagamento integral da multa de R\$ 20 mil.

João Batista Freitas foi alvo de Ação por Ato de Improbidade Administrativa, promovida pelo Município de São Vicente Férrer, por ter deixado de prestar contas, ou ter prestado de forma irregular, desde seu primeiro mandato, e também no seguinte (2008/2012), especialmente em relação ao Convênio nº. 77/2009, o que causou prejuízo o município, que ficou impossibilitado de receber transferências voluntárias diante da inscrição em lista de inadimplentes.

Por causa da inadimplência, o Município de São Vicente Férrer foi impedido de celebrar novos convênios em virtude da não prestação de contas relativamente ao Convênio nº. 12/09 (Carnaval 2009), firmado com a Secretaria de Estado da Cultura, o que resultou na Instauração de Tomada de Contas Especial.

Defesa - O ex-prefeito alegou não haver prova de que tenha agido com a finalidade de enriquecer ou de causar dano ao erário. Disse que “eventual inabilidade administrativa não pode ser taxada de improbidade”. Fez referência a documentos que demonstrariam a regular execução dos convênios, mas não anexou prova documental à contestação da ação. Segundo os autos, “A Câmara Municipal de São Vicente Férrer realizou diversas verificações ‘in loco’ em convênios realizados pelo Estado do Maranhão e constatou a execução dos convênios”. No entanto, além de não ter juntado o referido documento aos autos, não demonstrou o cumprimento da obrigação específica de prestar contas.

Para o juiz, “o réu se limitou a dizer que não agiu com dolo, mas não juntou, sequer alegou, prova da prestação das contas, ainda que intempestivas, nem de que providenciou o adimplemento do débito de modo a levantar a restrição sofrida pelo município réu”. No entanto, advertiu na sentença que, “embora a conduta tenha potencialmente causado danos ao erário, diante da restrição sofrida que impediu o município de realizar novos convênios enquanto o ex-gestor fosse judicialmente responsabilizado, nenhum convênio específico que teria deixado de ser realizado, com o respectivo valor que seria repassado, foi mencionado”.

Ainda de acordo com o magistrado, “a obrigação de ressarcimento do dano, se houver, decorrente da prática de ato administrativo atentatório aos princípios da administração não prescinde da efetiva comprovação do prejuízo, o que não ocorreu no caso, pois o mero inadimplemento da obrigação de prestar contas não pode levar à presunção de desvio da verba repassada em proveito do réu, ou de terceiro”.

Othelino Neto reúne-se com juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta sexta-feira (8), o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Durante o encontro, eles conversaram sobre pautas de interesse da população maranhense, como a realização do concurso público da Alema, políticas de proteção ao meio ambiente, entre outros temas. Participou também da conversa o procurador-geral da Casa, Tarcísio Araújo.

Othelino agradeceu a visita do magistrado e destacou que o Legislativo e o Judiciário têm assuntos importantes a tratar, prezando sempre pela relação harmônica entre os poderes e em prol da população maranhense. Ele pontuou que, dentre esses assuntos importantes, a temática do meio ambiente chama a sua atenção por ter militado, por alguns anos, na área.

"Nós temos assuntos importantes a tratar, desde o concurso público, onde o nosso procurador, Tarcísio Araújo, vai reunir na Vara de Interesses Difusos para que possamos viabilizar a sua realização, a outros temas importantes, como o meio ambiente que, para mim, particularmente, é uma área em que já militei por alguns anos. Tratamos de assuntos como o Parque Estadual do Bacanga, discutimos um pouco sobre a importante aplicação do Fundo de Interesses Difusos, que tem viabilizado projetos importantes como esse do Parque do Rangedor. Assuntos importantes para o Maranhão e, a partir desse diálogo, certamente a população ganha muito com essa relação harmônica entre os poderes", afirmou.

O juiz Douglas de Melo Martins também classificou o encontro como bastante produtivo, uma vez que foram discutidas as possibilidades de apresentação de projetos de lei que resultem em mais proteção ao meio ambiente, além do funcionamento e eficiência do Estado.

"A nossa Constituição é o que nos conduz e ela estabelece que os poderes precisam ter uma relação harmônica. Tratamos de assuntos importantes e o que predominou foi meio ambiente, como a proteção do Parque do Bacanga, fomento às cooperativas de catadores, geração de empregos com sustentabilidade, atividades que podem ser alteradas ou eventuais projetos de lei, que resultem em mais proteção do meio ambiente", completou. O titular da Vara de Interesses Difusos afirmou, ainda, que foram adiantadas as tratativas em relação à realização do concurso público na Assembleia Legislativa e em outros órgãos. "Avançamos na discussão desse assunto com o presidente, que designou o procurador para que tome todas as providências para a futura audiência na Vara de Interesses Difusos, que tratará desse assunto, e determinou que seja resolvido da melhor maneira possível", finalizou.

Juiz Velozo sobre o concurso público de Caxias: "A chapa esquentou. Eita 'Misera!'"

O juiz Antonio Manoel Velozo voltou a se manifestar nas redes sociais, desta feita sobre o polêmico concurso público da Prefeitura de Caxias (MA) que novamente encontra-se sub judice, depois que o juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Caxias, Sidarta Gautama, acatou, esta semana, pedido do Ministério Público e proibiu a posse dos candidatos aprovados, além de abrir prazo para que a empresa contratada para aplicar o certame - o Instituto Machado de Assis - apresente uma série de documentos. É o que informa o sempre bem informado jornalista Ricardo Marques no seu blog, confira a íntegra aqui.

Othelino Neto reúne-se com juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta sexta-feira (8), o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Durante o encontro, eles conversaram sobre pautas de interesse da população maranhense, como a realização do concurso público da Alema, políticas de proteção ao meio ambiente, entre outros temas. Participou também da conversa o procurador-geral da Casa, Tarcísio Araújo.

Othelino agradeceu a visita do magistrado e destacou que o Legislativo e o Judiciário têm assuntos importantes a tratar, prezando sempre pela relação harmônica entre os poderes e em prol da população maranhense. Ele pontuou que, dentre esses assuntos importantes, a temática do meio ambiente chama a sua atenção por ter militado, por alguns anos, na área.

“Nós temos assuntos importantes a tratar, desde o concurso público, onde o nosso procurador, Tarcísio Araújo, vai reunir na Vara de Interesses Difusos para que possamos viabilizar a sua realização, a outros temas importantes, como o meio ambiente que, para mim, particularmente, é uma área em que já militei por alguns anos. Tratamos de assuntos como o Parque Estadual do Bacanga, discutimos um pouco sobre a importante aplicação do Fundo de Interesses Difusos, que tem viabilizado projetos importantes como esse do Parque do Rangedor. Assuntos importantes para o Maranhão e, a partir desse diálogo, certamente a população ganha muito com essa relação harmônica entre os poderes”, afirmou.

O juiz Douglas de Melo Martins também classificou o encontro como bastante produtivo, uma vez que foram discutidas as possibilidades de apresentação de projetos de lei que resultem em mais proteção ao meio ambiente, além do funcionamento e eficiência do Estado.

“A nossa Constituição é o que nos conduz e ela estabelece que os poderes precisam ter uma relação harmônica. Tratamos de assuntos importantes e o que predominou foi meio ambiente, como a proteção do Parque do Bacanga, fomento às cooperativas de catadores, geração de empregos com sustentabilidade, atividades que podem ser alteradas ou eventuais projetos de lei, que resultem em mais proteção do meio ambiente”, completou.

O titular da Vara de Interesses Difusos afirmou, ainda, que foram adiantadas as tratativas em relação à realização do concurso público na Assembleia Legislativa e em outros órgãos. “Avançamos na discussão desse assunto com o presidente, que designou o procurador para que tome todas as providências para a futura audiência na Vara de Interesses Difusos, que tratará desse assunto, e determinou que seja resolvido da melhor maneira possível”, finalizou.

Othelino Neto reúne-se com juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Durante o encontro, eles conversaram sobre pautas de interesse da população maranhense, como a realização do concurso público da Alema, políticas de proteção ao meio ambiente, entre outros temas. Participou também da conversa o procurador-geral da Casa, Tarcísio Araújo.

Othelino agradeceu a visita do magistrado e destacou que o Legislativo e o Judiciário têm assuntos importantes a tratar, prezando sempre pela relação harmônica entre os poderes e em prol da população maranhense. Ele pontuou que, dentre esses assuntos importantes, a temática do meio ambiente chama a sua atenção por ter militado, por alguns anos, na área.

“Nós temos assuntos importantes a tratar, desde o concurso público, onde o nosso procurador, Tarcísio Araújo, vai reunir na Vara de Interesses Difusos para que possamos viabilizar a sua realização, a outros temas importantes, como o meio ambiente que, para mim, particularmente, é uma área em que já militei por alguns anos. Tratamos de assuntos como o Parque Estadual do Bacanga, discutimos um pouco sobre a importante aplicação do Fundo de Interesses Difusos, que tem viabilizado projetos importantes como esse do Parque do Rangedor. Assuntos importantes para o Maranhão e, a partir desse diálogo, certamente a população ganha muito com essa relação harmônica entre os poderes”, afirmou.

O juiz Douglas de Melo Martins também classificou o encontro como bastante produtivo, uma vez que foram discutidas as possibilidades de apresentação de projetos de lei que resultem em mais proteção ao meio ambiente, além do funcionamento e eficiência do Estado.

“A nossa Constituição é o que nos conduz e ela estabelece que os poderes precisam ter uma relação harmônica. Tratamos de assuntos importantes e o que predominou foi meio ambiente, como a proteção do Parque do Bacanga, fomento às cooperativas de catadores, geração de empregos com sustentabilidade, atividades que podem ser alteradas ou eventuais projetos de lei, que resultem em mais proteção do meio ambiente”, completou.

O titular da Vara de Interesses Difusos afirmou, ainda, que foram adiantadas as tratativas em relação à realização do concurso público na Assembleia Legislativa e em outros órgãos. “Avançamos na discussão desse assunto com o presidente, que designou o procurador para que tome todas as providências para a futura audiência na Vara de Interesses Difusos, que tratará desse assunto, e determinou que seja resolvido da melhor maneira possível”, finalizou.

Juiz Velozo incentiva ação do MP na apuração do concurso público de Caxias

O juiz Antonio Manoel Velozo voltou a se manifestar nas redes sociais, desta feita sobre o polêmico concurso público da Prefeitura de Caxias (MA) que novamente encontra-se sub judice, depois que o juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Caxias, Sidarta Gautama, acatou, esta semana, pedido do Ministério Público e proibiu a posse dos candidatos aprovados, além de abrir prazo para que a empresa contratada para aplicar o certame – o Instituto Machado de Assis – apresente uma série de documentos (saiba mais aqui).

A mais recente manifestação de Velozo foi feita no começo desta sexta-feira (08), através de sua página pessoal no Facebook, quando ele mencionou a intervenção do MP na apuração de supostas irregularidades do concurso, apontadas pelo próprio Parquet.

Na quarta-feira (06), também por meio de sua página na rede social, Velozo manifestou apoio aos professores da rede pública municipal de ensino de Caxias que apresentaram ao Executivo caxiense uma série de reivindicações até agora não atendidas (veja aqui).

As intervenções do juiz Velozo nas redes sociais costumam reverberar entre os mais diferentes segmentos sociais de Caxias, e seu nome está sendo incensado para concorrer na eleição de prefeito do próximo ano.

Este ano o juiz Velozo será homenageado com o 'Cafofo do Velozo', um bloco de carnaval organizado por amigos e simpatizantes do cada vez mais provável futuro pré-candidato a prefeito de Caxias (veja aqui).

Othelino Neto reúne-se com juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta sexta-feira (8), o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Durante o encontro, eles conversaram sobre pautas de interesse da população maranhense, como a realização do concurso público da Alema, políticas de proteção ao meio ambiente, entre outros temas. Participou também da conversa o procurador-geral da Casa, Tarcísio Araújo.

Othelino agradeceu a visita do magistrado e destacou que o Legislativo e o Judiciário têm assuntos importantes a tratar, prezando sempre pela relação harmônica entre os poderes e em prol da população maranhense. Ele pontuou que, dentre esses assuntos importantes, a temática do meio ambiente chama a sua atenção por ter militado, por alguns anos, na área.

"Nós temos assuntos importantes a tratar, desde o concurso público, onde o nosso procurador, Tarcísio Araújo, vai reunir na Vara de Interesses Difusos para que possamos viabilizar a sua realização, a outros temas importantes, como o meio ambiente que, para mim, particularmente, é uma área em que já militei por alguns anos. Tratamos de assuntos como o Parque Estadual do Bacanga, discutimos um pouco sobre a importante aplicação do Fundo de Interesses Difusos, que tem viabilizado projetos importantes como esse do Parque do Rangedor. Assuntos importantes para o Maranhão e, a partir desse diálogo, certamente a população ganha muito com essa relação harmônica entre os poderes", afirmou.

O juiz Douglas de Melo Martins também classificou o encontro como bastante produtivo, uma vez que foram discutidas as possibilidades de apresentação de projetos de lei que resultem em mais proteção ao meio ambiente, além do funcionamento e eficiência do Estado.

"A nossa Constituição é o que nos conduz e ela estabelece que os poderes precisam ter uma relação harmônica. Tratamos de assuntos importantes e o que predominou foi meio ambiente, como a proteção do Parque do Bacanga, fomento às cooperativas de catadores, geração de empregos com sustentabilidade, atividades que podem ser alteradas ou eventuais projetos de lei, que resultem em mais proteção do meio ambiente", completou.

O titular da Vara de Interesses Difusos afirmou, ainda, que foram adiantadas as tratativas em relação à realização do concurso público na Assembleia Legislativa e em outros órgãos. "Avançamos na discussão desse assunto com o presidente, que designou o procurador para que tome todas as providências para a futura audiência na Vara de Interesses Difusos, que tratará desse assunto, e determinou que seja resolvido da melhor maneira possível", finalizou.

O post Othelino Neto reúne-se com juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos apareceu primeiro em Blog da Riquinha.

Homem que matou ex-companheira com 53 facadas em São Luís é condenado

Crime ocorreu na manhã do dia 16 de novembro de 2017

Foi condenado a 24 anos e 06 meses de reclusão em regime fechado o acusado João Batista dos Santos. Ele foi denunciado pelo Ministério Público, sob acusação de ter cometido crime de homicídio contra a ex-companheira com 53 golpes de faca, na manhã do dia 16 de novembro de 2017, na residência dela, no bairro Coroadinho.

Após o julgamento, que ocorreu na quarta-feira (06), na 2ª Vara do Tribunal do Júri, o réu foi encaminhado para unidade prisional. Vítima e réu viveram juntos por cerca de 18 anos; tiveram duas filhas, hoje com 11 e 13 anos; estavam separados há três meses (à época). O MP apontou que o acusado mantinha um relacionamento extraconjugal, mas não aceitava a separação da vítima.

A sessão de júri popular teve início por volta das 9h, no salão localizado no primeiro andar do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) e foi presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Júri, Gilberto de Moura Lima. Atuou na acusação o promotor de Justiça Marco Aurélio Ramos Fonseca e na defesa, o defensor público Thales Alessandro Dias Pereira. Familiares e amigos da vítima acompanharam o julgamento.

Réu confesso, durante o julgamento o acusado respondeu a algumas perguntas; em outras ele exerceu o direito constitucional de permanecer em silêncio. Ele foi preso alguns dias após o crime, na casa de uma prima, no bairro do Maracanã (zona rural), e teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva. Na sentença desta quarta-feira (06), o magistrado manteve a prisão e negou-lhe o direito de recorrer da decisão em liberdade.

O CRIME - De acordo com a denúncia oferecida pelo MP, João Batista dos Santos aguardou a ex-companheira chegar em casa pela manhã, enquanto as filhas estavam na escola. Deixou sua moto em uma rua atrás da casa da vítima, de posse de uma cópia das chaves da residência, adentrou e desferiu vários golpes contra a ex-companheira, que morreu no local. O réu fugiu de moto e teria se escondido na zona rural de São Luís na casa de uma prima, onde foi preso quatro dias depois, por meio de uma denúncia anônima.

Matadores de publicitário são condenados em Paço do Lumiar

Autores da morte de Josiel de Sales Pontes foram julgados na comarca de Paço do Lumiar, entre eles Wanderson Baldez, também condenado pela morte de delegado federal ISMAEL ARAÚJO

SÃO LUÍS - Os criminosos Nathanael dos Santos Lemos, Darlan de Melo e Wanderson de Moraes Baldez foram condenados pelo roubo e assassinato do publicitário Jesiel de Sales Pontes, de 52 anos. O corpo da vítima foi encontrado em uma área de matagal, no bairro Pirâmide, área da Região Metropolitana de São Luís, no dia 29 de março do ano passado.

Eles foram julgados na quinta-feira, 7, em sessão presidida pelo juiz da comarca de Paço do Lumiar, Roberto Oliveira de Paula. Somente Darlan de Melo foi condenado a 23 anos e oito meses de reclusão; Wanderson Baldez teve como pena 21 anos e 4 meses de prisão; a pena de Nathanael Lemos foi de 8 anos e 8 meses.

Crime

A vítima teria assistido ao jogo da Seleção Brasileira em seu apartamento, no Renascença e logo depois teria ido para o seu sítio, na Vila Bob Kenedy, em Paço do Lumiar. No local, familiares e vizinhos encontraram sangue e os móveis revirados. O corpo da vítima foi encontrado com sinais de violência no matagal, no bairro Pirâmide.

No dia 28 de junho do ano passado foi preso Nathanael dos Santos, na Vila Buraco da Gia, área do Olho d'Água. Segundo a polícia, ele teria ajudado na subtração dos objetos e também na ocultação do cadáver do publicitário. Os outros dois acusados também foram presos, inclusive Wanderson de Moraes Baldez, acusado de ter assassinado o delegado da Polícia Federal David Farias de Aragão, na noite do dia 5 de maio de 2018.

No mesmo dia do julgamento do caso Josiel em Paço do Lumiar, Wanderson Baldez e Davi Costa Martins foram julgados pelo assassinato do delegado da Polícia Federal David Aragão e foram condenados a mais de 30 anos cada de reclusão por esse crime.

O delegado foi morto por três bandidos que invadiram sua residência, localizada na praia do Meio, em São José de Ribamar. A ação criminosa ocorreu durante a festa de cinco anos da filha da vítima e os criminosos ainda levaram uma arma de fogo.

Eulálio Figueiredo: o menestrel do Direito e das artes

FLÁVIO BRAGA

José Eulálio Figueiredo de Almeida nasceu no dia 12/2/1960, em São João Batista, no coração da Baixada Maranhense. Migrou com a sua família para São Luís em 1963 e morou no bairro do Desterro até 1977.

É Juiz de Direito desde 1991 (aprovado em 1.º lugar) e professor de Processo Penal na UFMA há 33 anos. Possui especialização em Ciências Criminais e em Processo Civil. É membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino. Atuou como membro efetivo do TRE no biênio de 2013/2015.

Eulálio Figueiredo é um tribuno a toda prova. Maneja como poucos o dom da oratória e se expressa com invulgar fluência verbal e intelectual, sempre com muita eloquência, polidez, galhardia e desfiando um português escorreito, portando-se com o mesmo denodo em suas aulas e palestras. Além de homem versado na ciência do Direito, é poeta, escritor, cantor e compositor de toadas de bumba-boi e de marchinhas carnavalescas.

Publicou as seguintes obras literárias: "Suspensão do processo e da prescrição penal" (1998); Decisões administrativas (2002); "Sentença penal: doutrina, Prática e jurisprudência" (2002); "Anatomia do ser" (1999); "Milésima face" (2000); "O crime da baronesa" (2004); "O processo das formigas" (2011); "Vidas profanas" (2015) e "O Crime do Desembargador Pontes Visgueiro" (2018). Autor de vários artigos científicos, é citado por juristas de escol como Theotônio Negrão, Tourinho Filho, Damásio de Jesus, Alberto Silva Franco, dentre outros.

É autor de diversas toadas de bumba meu boi, como estas: "Lamento de um caboclo"; "Visita ao mar"; "Lamento de um estudante"; "Minha prece"; "Prece da saudade"; "São Luís, minha ilha bela!"; "Passeio no mar"; "Menestrel da Baixada"; "Mar dos amores"; "Ganhei o meu dia"; "Tempo de cantoria".

É um tribuno a toda prova. Maneja como poucos o dom da oratória e se expressa com invulgar fluência verbal" A sua verve engenhosa fez brotar 14 marchinhas, carregadas de trocadilhos, malícia e fino humor irônico, como: "Mensalão" (premiada no festival de marchinhas da TV Mirante em 2006); "Pedaladas carnavalescas" (classificada no festival de marchinhas do programa Fantástico, da TV Globo); "Receita da vovó" (selecionada para o festival de marchinhas da TV Mirante em 2009); "Traidores da Pátria" e "CPI do carnaval". Todas fazem irreverência e sarcasmo com a cena política brasileira. Em 2018, estourou nas rádios e no Carnaval de rua a música "Pesque-pague do pacu", em que o poeta-compositor, a pretexto de recomendar uma dieta à base desse peixe, produziu mais uma espirituosa marchinha.

Para o Carnaval de 2019, o juiz-compositor lançou a marchinha "Festa do peru", que foi classificada para o festival de música carnavalesca de Imperatriz. Trata-se de composição melódica, com pitadas de humor picante e versos de duplo sentido (figura de linguagem predominante nas marchinhas de Carnaval).

Consta do seu repertório, além de boleros gravados pela cantora Eugênia Miranda, como "Dúvida", outras canções em que exalta os grandes cantadores de bumba-boi do Maranhão, como Humberto do Maracanã e Coxinho.

Na literatura, por ser autor da trilogia criminológica maranhense (“O crime da baronesa”, “O processo das formigas” e “O Crime do Desembargador Pontes Visgueiro”), em que aborda crimes que marcaram a história do Judiciário estadual, tem sido cognominado por alguns amigos e leitores de o “Jorge Amado do Maranhão”.

É esse cabedal de atributos e virtudes que singulariza o joanino talentoso, versátil e de boa cepa, Dr. Eulálio Figueiredo, e a sua vasta obra e cultura jurídica, aos quais rendo minha justa homenagem na condição de porta-voz dos ecos da Baixada Maranhense.

Professor e escritor